

## ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: O COMPORTAMENTO DO PRÍNCIPE EM MAQUIAVEL

Marcelo de Sousa Ferreira Alves\*

Maria Daiane Jordão de Oliveira\*

**Resumo:** O cerne do artigo é investigar o comportamento do príncipe no público e no privado, na obra do renascentista italiano Maquiavel: *O Príncipe*; obra de 1513. Para tanto, é necessário entender o que Maquiavel entendia por política e suas distinções com o conceito de política antiga e também a distinção entre *virtù* e *fortuna*, conceitos chave que devem ser esclarecidos para melhor compreensão do tema proposto. A prudência torna-se o conceito principal que norteará o texto nessa busca. Tomando a prudência como chave hermenêutica, poderemos pensar os pressupostos que garantem um bom comportamento do príncipe, tanto no público como no privado.

**Palavras-chave:** Maquiavel, público e privado, prudência, virtù, fortuna.

## BETWEEN PUBLIC AND PRIVATE: THE PRINCE'S BEHAVIOR IN MACHIAVELLI

**Abstract:** The heart of the article is to investigate the prince's behavior in public and private, in the work of the Italian Renaissance Machiavelli: *The Prince*; work of 1513. Therefore, it is necessary to understand what Machiavelli understood by politics and its distinctions with the concept of ancient politics and also the distinction between virtù and fortune, key concepts that must be clarified for a better understanding of the proposed theme. Prudence becomes the main concept that will guide the text in this search. Taking prudence as the hermeneutic key, we can think of the assumptions that guarantee the prince's good behavior, both public and private.

**Keywords:** Machiavelli, public and private, prudence, virtù, fortune.

---

\* Doutorando em filosofia pela UFC (Universidade Federal do Ceará). E-mail [filosofomarcelo@yahoo.com.br](mailto:filosofomarcelo@yahoo.com.br)

\*Graduanda em Psicologia pela UNILEÃO (Centro Universitário Leão Sampaio). E-mail: [mdaianejo@gmail.com](mailto:mdaianejo@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

O livro *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel, foi escrito em 1513, embora só vindo a público em 1531, quatro anos após sua morte. Originalmente, a obra foi intitulada *De principatibus*<sup>246</sup>, isto é, *Do Principado*, fazendo referência ao que vem primeiro, aquele que está no princípio, aquele que principia, o que governa. Talvez a mudança de título (feita pelo próprio Maquiavel) tenha se dado por dedicatória a Lourenço de Médici, onde o filósofo tinha por intento que Lourenço voltasse os olhos para ele fazendo-o retornar à vida pública, já que Maquiavel estava exilado. Apesar de não conseguir tal intento, Maquiavel nos deixou uma das teorias políticas mais bem elaboradas pelo pensamento humano<sup>247</sup>.

Na carta a Lourenço, Maquiavel diz que sua obra, *O Príncipe*, o ajudará no “[...] conhecimento das ações dos grandes homens, que aprendi através de uma longa experiência das coisas modernas e um contínuo estudo das antigas.” (MAQUIAVEL, 2001, p. 129); *O Príncipe*, desta forma, se mostra como um manual de exemplos, antigos e atuais, de como os grandes homens (no caso os governantes) se comportaram perante a conquista e a conservação do poder<sup>248</sup>. Em outra carta, desta vez a seu amigo Vettori, isso fica ainda mais evidente, quando Maquiavel se refere a finalidade do livro, onde propõe investigar: “[...] o que é principado, de que espécies são, como são adquiridos, como se mantêm, porque são perdidos”. (MAQUIAVEL, 2017, p.124). Para tanto, o retorno aos clássicos se fez necessário.

Eis, então, a finalidade do livro *O Príncipe*: apontar os erros e os acertos no comportamento dos governantes na ordem do tempo, para que se possa conquistar e conservar o poder no presente. Essa finalidade implica quatro consequências fundamentais. **A primeira**, o abandono de uma concepção de política anterior que via

---

<sup>246</sup> Em uma carta ao seu amigo Vettori, Maquiavel faz referência a sua obra como: *De principatibus*. “(...) compus um opúsculo, *De principatibus* (...)” (MAQUIAVEL, 2017, p. 124).

<sup>247</sup> Saber mais sobre essa relação, ler o livro *As Grandes Obras Políticas de Maquiavel a Nossos Dias* de Chevallier.

<sup>248</sup> O retorno aos clássicos, típico dos renascentistas. Cabe apontar que não é apenas um retorno com curiosidade, mas sim um retorno os tomando (os grandes homens) como referência para pensar o seu período.

na contemplação de valores morais a base para a ação política, ou seja, a formação política, antes de Maquiavel, visava que o governante ou o governo, para que se obtenha sucesso, deveria pautar-se em ideários de justiça, de moralidade, de bondade, de verdade etc., ideários que nunca existiram em governo algum, diz Maquiavel. A leitura do comportamento dos grandes governantes mostra que se o governante seguir tais ideários ou imaginários estará mais sujeito a perder o poder do que conservá-lo. Olhar para o comportamento dos grandes homens, o que eles fizeram para se manter no poder, é marcar uma ruptura entre o ideal (como deveria ser, os imaginários,) e o real (como realmente é). Desta forma, a política maquiaveliana<sup>249</sup> se apresenta como um “realismo político”, que é o mesmo que dizer que a ação política deve ser fundamentada na experiência histórica e não em ideais imaginários. **A segunda consequência** é a separação radical entre ética e política, que antes de Maquiavel estavam imbricadas. Ao observar o comportamento dos grandes homens para a conservação ou conquista do poder, eles praticaram vários crimes (se é que podemos assim dizer), mentiras, fingimentos etc., coisas que, do ponto de vista ético, seriam inaceitáveis. Isso acaba dando a política uma autonomia, ou seja, a política pela política, prescindindo de ética ou religião. **A Terceira consequência** é o que podemos chamar de “pessimismo antropológico”. O homem passa a ser visto não como bom, mas como mal (pelo menos em geral). Antes de Maquiavel o mal não era objeto da política, por isso era completamente ignorado por ela. Maquiavel dirá que, em geral, o homem é mal, e ser bom em meio aos que são maus, é sucumbir; mas o governante também não pode ser somente mal, pois o fim será o mesmo. Deve o governante ser bom, quando lhe convém ser bom e, ser mal, quando lhe convém ser mal. **A Quarta e última consequência** é o caráter de cientificidade que Maquiavel dá a política, ela passa a ser ciência. Para um governante ter sucesso em seu empreendimento não se deve ignorar a história, pois ela é condição *sine qua non* para seu intento. Dessa forma, a política ganha, em Maquiavel, um teor de ciência, como ele mesmo diz, citando Dante: “E porque Dante disse não

---

<sup>249</sup> Fala-se maquiaveliana e não maquiavélica porque o termo maquiavélico está imbuído de certos preconceitos, onde o próprio Maquiavel não se enquadra.

haver ciência sem que seja retido o que foi apreendido [...]” (MAQUIAVEL, 2017, p. 124).

A obra pode ser dividida em três momentos, apesar do autor acabar falando do mesmo assunto em um ou outro capítulo: I – XI aborda mais sobre os tipos de principado, sobre a conservação de um Estado conquistado, sobre a estrutura de um governo principesco; XII – XIV aborda sobre a defesa e o ataque que um príncipe possa necessitar, ou seja, os tipos de exércitos, a milícia; XV – XXIII a parte mais importante, onde Maquiavel pinta a figura do seu príncipe; como o príncipe deve agir, seja com seus súditos seja com seus aliados.

O escopo deste artigo visa apontar como um príncipe (ou governante), na concepção de Maquiavel, deve se comportar para adquirir e conservar-se no poder. Isso nos leva à investigação da separação do comportamento do príncipe no público e no privado.

## 1. O PRÍNCIPE, ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Uma questão de bastante relevância para entendermos o público e o privado em *o Príncipe* é pensar o que Maquiavel entende por política, pois se distancia muito da concepção de política grega e medieval<sup>250</sup>. A política nasce com a consciência da coisa pública, isto é, existe o que é de todos (o público) e o que é de cada um (o privado). Antes do surgimento da política, essa divisão não existia ou mesmo se confundia. A política e a *pólis*<sup>251</sup> nasce dessa consciência. Em consequência disso, a lei se estabelece como sendo o que garantirá o que é de todos. O governante governa o que é público, a coisa pública, em contraste à coisa privada.

A singularidade de um grupo baseada no reconhecimento de uma igualdade não mais fundada nos laços de sangue ou parentesco é, de fato, algo que vai permitir o desenvolvimento da ideia de que possa haver entre os homens algo “em comum”, ou seja, “o que é de domínio público”, a política e a *pólis*. (EYLER, 2014, p. 66).

<sup>250</sup> No período medieval trata-se de deveres do príncipe cristão. Não irei me deter nisso.

<sup>251</sup> A palavra política vem de *pólis*. O nascimento da *Pólis* é o nascimento da política.

Se a política nasce da consciência da coisa pública, ela se define como “a ciência do bem comum”. Diz o próprio Aristóteles em sua *Ética a Nicómaco*:

Ora, como a política utiliza as demais ciências e, por outro lado, legisla sobre o que devemos e o que não devemos fazer, a finalidade dessa ciência deve abranger as duas outras, de modo que essa finalidade será o bem humano. (ARISTÓTELES, 1987, p. 10).

Entender a política como os gregos entendiam é apontar para o que é comum a todos, apontar para coisa pública. Já em Maquiavel, não se entende por política uma ciência do bem comum, mas sim “a arte de governar” ou “a ciência do bem governar”. De fato, em um governo principesco tudo é do príncipe, até mesmo a vida dos súditos, sendo assim, não há mais a coisa pública. Desta forma, o objeto da política muda, não está mais atrelado à coisa pública, mas ao governo, que por sua vez, tem por objeto: a guerra. “Deve, portanto, um príncipe não ter outro objetivo, nem pensamento, nem tomar como arte sua coisa alguma que não seja a guerra, sua ordem e disciplina, porque esta é a única arte que compete a quem comanda.” (MAQUIAVEL, 2001, p. 69).

Só se é possível compreender a concepção política de Maquiavel se entendermos que, em seu período, no governo dos reis, coisa pública se extingue. Tudo é do rei. Se o público não existe, a política se faz diferente dos gregos, ela acaba tendo que ser reformulada. Isso gera ainda uma outra implicação importante. Se entendermos a política como Maquiavel entende, isto é, “a arte de governar”, podemos dizer que ela não nasceu na Grécia, mas sempre existiu em qualquer sociedade que se encontre um governante.

Aqui, lança-se uma pergunta: Tomando o que foi dito, como posso pensar o público e o privado em relação ao príncipe, já que não existe a coisa pública? Existirá apenas o privado? Para que possamos responder à tais questões, a resposta não pode estar diametralmente oposta a própria noção (reformulada) de política feita por Maquiavel, ou seja, assim como a noção de política é reformulada por Maquiavel, a noção de público e privado acaba sendo também. Desta forma, quando falarmos do príncipe em relação ao público, devemos entender com isso o príncipe em relação aos

súditos. Já o príncipe em relação ao privado, devemos entendê-lo para com ele mesmo ou com os seus magistrados.

Feitas as devidas distinções, cabe investigarmos como elas se dão em sua obra. Mas, para tanto, ainda se faz necessário compreender outro conceito basilar, conceito esse que norteará nosso intento, que é o conceito de *prudência* e sua relação com outros dois conceitos fundamentais em Maquiavel: *Virtù e Fortuna*.

## 2. VIRTÙ E FORTUNA

O termo *fortuna*, usado por Maquiavel, tem seu sentido no acaso, no que é fortuito, no que não se pode prever, na sorte. Assim ele ilustra:

Comparo a sorte a um desses rios impetuosos que, quando se irritam, alagam as planícies, arrasam as árvores e as casas, arrastam terras de um lado para levar a outro: todos fogem deles, mas cedem ao seu ímpeto, sem poder detê-los em parte alguma. (MAQUIAVEL, 2001, p.119).

A *fortuna* sempre aparecerá como uma força incontrollável que tudo quer destruir; embora possamos fazer planos, traçar metas, andar por caminhos que julgamos seguros, ela estará à espreita, nunca temos domínio completo dos fatos. Mas, apesar dessa desordem inerente no acaso, temos, do outro lado, o que Maquiavel chama de *virtù*. *Virtù* é a atividade pela qual nos sobressaímos da *fortuna*, onde imperamos sobre ela. Em meio a uma situação adversa, onde a *fortuna* parece nos conduzir para baixo, a *virtù* se esquivava ou obriga a *fortuna* a seus planos. “O mesmo acontece com a fortuna, que demonstra a sua força onde não encontra uma *virtù* ordenada, pronta para lhe resistir e volta o seu ímpeto para onde sabe que não foram erguidos diques, barreiras para contê-las.” (MAQUIAVEL, 2001, p.120).

Desta forma, há em Maquiavel, dois lados da moeda na ação humana. [...] julgo possível ser verdade que a fortuna seja árbitro de metade de nossas ações, mas que também deixe ao nosso governo a outra metade, ou quase. (MAQUIAVEL, 2001, 119). O príncipe, para que possa bem governar, deve ter *virtù*. Mas eis a pergunta: como se adquire *virtù*? Essa é uma questão complicada em Maquiavel. A *virtù* parece não poder

ser aprendida, pois ela se manifesta no acaso, numa situação que até então nunca foi esperada ou estudada. Mesmo que seja necessário o estudo dos grandes homens para um bom governo, isso não faz do governante, diante duma situação que exija um certo estudo e preparo, alguém virtuoso; isso faz do governante alguém prudente<sup>252</sup>, mas não virtuoso. “É de tanta *virtù* que não só mantem aqueles que já nasceram príncipes, como também muitas vezes permite que homens de condição privada ascendam ao principado”. (MAQUIAVEL, 2001, p.69). Não é à toa que Maquiavel diz que os principados conquistados pela fortuna são mais difíceis de governar, pois basta um só problema para tudo sucumbir. Mas um principado conquistado pela *virtù*, é sempre mais fácil para quem o governa.

Os homens trilham quase sempre caminhos abertos por outros e pautam suas ações sobre essas imitações, embora não possam repetir tudo na vida dos imitados nem igualar sua *virtù*. Um homem prudente deve sempre seguir os caminhos abertos pelos grandes homens e espelhar-se nos que foram excelentes. Mesmo não alcançando a mesma *virtù* dos grandes homens, pelo menos daí venha auferir algum proveito. Deve fazer como os arqueiros hábeis que, considerando muito distante o ponto que desejam atingir e sabendo até onde vai a capacidade de seu arco, fazem mira bem mais alto que o local visado, não para alcançar com sua flecha tanta altura, mas para poder com o auxílio de tão elevada mira atingir o seu alvo. (MAQUIAVEL, 2001, p.23).

Nos principados completamente novos, onde há um novo príncipe, é onde existe maior ou menor dificuldade para mantê-lo conforme seja maior ou menor a *virtù* de quem conquistou. Aquele que depende mais da *virtù* do que da fortuna, consegue melhores resultados. No final das contas Maquiavel quer dizer que a fortuna dá a ocasião, e a *virtù* imprime na fortuna sua forma. Nesta passagem isso ficará ainda mais claro quando o autor conclui sobre a *virtù* dos grandes homens: Moisés, Ciro, Rômulo, Teseu etc:

E, examinando as ações e a vida dos mesmos, não se vê que eles tivessem algo de sorte senão a ocasião, que lhes forneceu meios para poder adaptar as coisas da forma que melhor lhes aprouve; e, sem

---

<sup>252</sup> Falaremos sobre relação entre prudência e *virtù* no próximo tópico.

aquela oportunidade, o seu valor pessoal ter-se-ia apagado e sem essa virtude a ocasião teria surgido em vão. (MAQUIAVEL, 2001, p.24).

É uma *virtù* tirar proveito do momento oportuno imprimindo nele uma forma que melhor aprover, ou seja, em meio ao acaso do momento o príncipe possa se sobressair. Aqueles que, por caminhos valorosos como estes, se tornam príncipes, conquistam o principado com dificuldade, mas o conservam com facilidade.

Diferentemente dos que se tornam príncipes pela *virtù*, os que se tornam príncipes pela fortuna “[...] conquistam com pouco esforço, mas com muito esforço o mantêm: não encontram nenhuma dificuldade pelo caminho porque atingem o posto a voo; mas toda sorte de dificuldades nasce depois que aí estão.” (MAQUIAVEL, 2001, p.27). Nosso autor deixa ainda mais claro essa posição:

Estes estão simplesmente submetidos à vontade e à fortuna de quem lhes concedeu o Estado, que são duas coisas grandemente volúveis e instáveis: e não sabem e não podem manter a sua posição. Não sabem, porque, se não são homens de grande engenho e virtude, não é razoável que, tendo vivido sempre em ambiente privado, saibam comandar; não podem, porque não têm forças que lhes possam ser amigas e fiéis. Ainda, os Estados que surgem rapidamente, como todas as demais coisas da natureza que nascem e crescem depressa, não podem ter raízes e estruturação perfeitas, de forma que a primeira adversidade os extingue; salvo se aqueles que, como foi dito, assim repentinamente se tornaram príncipes, forem de tanta virtude que saibam desde logo preparar-se para conservar aquilo que a fortuna lhes pôs no regaço, formando posteriormente as bases que os outros estabeleceram antes de se tornar príncipes. (MAQUIAVEL, 2001, p.27).

Esclarecido a diferença entre *virtù* e *fortuna*, resta saber se a prudência, de alguma forma, se relaciona com a *virtù*.

### 3. PRUDÊNCIA E VIRTÙ

Prudência equivale ao que Maquiavel propôs como cerne do livro, isto é, o estudo dos grandes governantes e o que eles fizeram para permanecer no poder. Tal estudo condicionará o governante a um bom governo. Nas palavras de Maquiavel: “Um



homem prudente deve sempre seguir os caminhos abertos pelos grandes homens e espelhar-se nos que foram excelentes.” (MAQUIAVEL, 2001, p.23). A prudência, como dito na seção anterior, não leva o governante à *virtù*, mas apenas instrui o mesmo a certos problemas que possam surgir em seu governo. Mas eis uma pergunta: como é possível *virtù* sem um certo repertório para sua efetivação? Em outras palavras, como a *virtù* pode atuar em uma mente vazia? Se desvincularmos totalmente a prudência da *virtù*, *virtù* se assemelhará a uma espécie de dom inato, coisa que Maquiavel em momento algum de sua obra parece insinuar. Desta forma, isso abre espaço para podemos pensar numa participação da prudência na *virtù*. Esta passagem sobre a prudência lança luz a esse problema: “Mesmo não alcançando a mesma *virtù* dos grandes homens, pelo menos daí venha auferir algum proveito.” (MAQUIAVEL, 2001, p.23). A passagem insinua que a prudência pode levar ao alcance da *virtù*, embora não necessariamente, pois a *virtù* depende mais do sujeito do que do seu conteúdo, ou seja, a *virtù* depende mais do que o governante faz com conteúdo da prudência do que o que o conteúdo faz com ele. Tem outra passagem da obra que parece insinuar isso: “Há três tipos de cérebros: um entende por si mesmo<sup>253</sup>, outro discerne aquilo que os outros entendem<sup>254</sup> e o terceiro não entende nem a si nem aos outros. O primeiro é excelentíssimo, o segundo é excelente e o terceiro, inútil ” (MAQUIAVEL, 2001, p.111).

Tudo isso nos leva a um problema indissolúvel. Podemos concluir que a prudência, e não a *virtù*, deve ser o objeto de procura do governante, pois sabe Maquiavel que a *virtù* não pode ser ensinada, mas a prudência sim. Mas a conclusão também nos leva a pensar, concomitantemente, o seu revés, isto é, que Maquiavel escreve seu livro para dar as condições possíveis para o surgimento da *virtù* em um governante; caso não se manifeste, o governante, mesmo assim, com prudência, pode tirar proveito e governar relativamente bem. Sendo assim, por um lado, a prudência é o fundamento de um bom governo e o governante deve buscá-la; por outro, o fundamento é a *virtù* e a prudência é apenas um meio para ela, não seu fim. Poderíamos tentar

---

<sup>253</sup> O virtuoso.

<sup>254</sup> O prudente.

solucionar esse problema dizendo que o governante precisará mais da prudência no seu dia a dia do que da *virtù*, fazendo-a (a prudência) mais significativa. Essa resposta tem dois problemas; primeiro, Maquiavel não insinua isso na obra, segundo, isso é relativo e até mesmo oposto ao próprio argumento, devido Maquiavel pensar sempre em um governante ou um príncipe novo, como ele mesmo diz no início de sua obra. A prudência como fundamento do governo estaria mais ligada ao principado hereditário do que aos novos. Para o principado hereditário, basta apenas não descuidar das tradições e dos costumes já internalizados na população, qualquer príncipe mediano conseguirá tal façanha, nem precisaria de *virtù* e nem mesmo de tanta prudência. Para Maquiavel o problema está nos principados novos, por isso ele não se deterá mais aos principados hereditários. “Mas é no principado novo que estão as dificuldades” (MAQUIAVEL, 2001, p.7). Tais dificuldades podem, portanto, sugerir do governante mais *virtù* do que prudência. O problema permanece.

Para a finalidade do trabalho, isto é, para que possamos entender o comportamento do príncipe no público e no privado, teremos que adotar a primeira tese, pois é nela que está o manual de comportamento do príncipe. Devido a *virtù* ser uma atitude particular e não geral, ou seja, não seguir uma norma específica, como segue a prudência, ela não pode ser a medida para o estudo do comportamento do príncipe. Justificado o critério de escolha para entendermos a questão, vamos agora para o cerne do presente texto.

#### 4. O COMPORTAMENTO DO PRÍNCIPE NO PRIVADO

Sobre os homens que o príncipe tem ao seu redor; seus ministros:

Se estes forem competentes e fiéis, o príncipe sempre poderá ser reputado sábio, porque soube reconhecê-los como competentes e mantê-los fiéis. Quando, porém, não são assim, sempre se pode fazer mau juízo dele, pois cometeu seu primeiro erro nesta escolha. (MAQUIAVEL, 2001, p.111).

Se os ministros forem competentes e fiéis o príncipe será sábio, mas como identificar ministros competente e fiéis? O príncipe tem que ser prudente para reconhecê-lo.

[...] toda vez que alguém tem a clareza de distinguir o bem e o mal que outro faz e diz, ainda que por si mesmo<sup>255</sup> não possa concebê-los<sup>256</sup>, reconhece as obras más e boas de um ministro, elogiando estas e corrigindo aquelas; com isso o ministro não pode esperar enganá-lo e se conserva bom. (MAQUIAVEL, 2001, p. 111-112).

Mesmo apontando que a escolha de um ministro depende da prudência do príncipe, Maquiavel deixa um critério de escolha infalível para o príncipe, ou seja, ensina como um príncipe prudente deve escolher:

Há um modo infalível pelo qual um príncipe pode conhecer um ministro. Quando vês que um ministro pensa mais em si mesmo do que em ti e, em todas as ações, busca primeiro em seu próprio benefício, jamais será um bom ministro, e nunca poderás confiar nele, pois quem tem em suas mãos o estado de outro não deve jamais pensar em si mesmo, mas no príncipe, nem ocupá-lo com coisas que não lhe digam respeito. Por outro lado, o príncipe, para conservar sua lealdade, deve pensar no ministro concedendo-lhe honrarias e riquezas, obsequiando-o e compartilhando com ele as honras e funções. Deste modo, o ministro perceberá que não pode passar sem ele [...] (MAQUIAVEL, 2001, P.112).

Sobre os conselheiros, o príncipe prudente deve evitar os adutores fazendo com que os homens entendam que não ofende dizer a verdade, porém nem todos podem dizê-lo pois, inevitavelmente, faltarão o respeito. Deve o príncipe selecionar os mais sábios para aconselhá-lo e somente a eles conceder tal liberdade quando for perguntado. “Daí se conclui que os bons conselheiros devem brotar da prudência do príncipe, e não a prudência do príncipe dos bons concelhos” (MAQUIAVEL, 2001, P.115).

A guerra é o objetivo prático do príncipe, isso fica bem claro no início da seção XIV. Mesmo em período de plena paz, o príncipe deve sempre pensar na guerra. Isso

---

<sup>255</sup> Isto é, por *virtù*, como vimos na última citação da seção anterior.

<sup>256</sup> Mas sim por prudência.

pode ser feito de duas maneiras: pelas *obras* e pela *mente*. As obras se remetem ao exército, ensiná-los a serem prudentes.

Quanto às obras, além de conservar bem organizados e treinados os seus exércitos, deve realizar caçadas e, através delas, acostumar o corpo aos desconfortos e, também, aprender a natureza dos lugares, a conhecer como se elevam os montes, como descem os vales, como jazem as planícies e a compreender a natureza dos rios e dos pântanos, colocando nisto um grande empenho. (MAQUIAVEL, 2001, p.70).

Além da prudência do exército, o príncipe deve sempre expandir sua prudência, isto é, seu conteúdo, sua mente.

Quanto aos exercícios da mente, deve o príncipe ler as histórias e refletir sobre as ações dos homens excelentes, ver como se comportaram nas guerras, examinar as causas das vitórias e derrotas a fim de poder escapar destas e imitar aquelas. Mas, sobretudo, deve agir como antes agiram alguns homens excelentes que se espelharam no exemplo de outros que, antes deles, haviam sido louvados e glorificados, e cujos gestos e ações procuraram ter sempre em mente [...] (MAQUIAVEL, 2001, p.71).

A prudência é o que norteia o privado no príncipe, tanto nas escolhas dos ministros como no exercício de seu próprio exercício e também na mente do próprio príncipe, ele deve sempre ascender a tal busca de aperfeiçoamento pessoal. Devemos investigar se a prudência norteia também o público.

## 5. O COMPORTAMENTO DO PRÍNCIPE NO PÚBLICO

O príncipe deve ser generoso (liberal) para com seus súditos, mas isso pode cair no risco de gastar todas as disponibilidades, necessitando onerar o povo e fazendo de tudo para obter mais dinheiro. “Isso começará a torná-lo odioso diante dos súditos e malquisto por todos, tornando-se pobre [...]. E, se tomar conhecimento disto e quiser voltar atrás, cairá na fama de miserável” (MAQUIAVEL, 2001, p. 75). Um príncipe, portanto, diz Maquiavel

[...] deverá, se for prudente, não se preocupar com a fama de miserável, porque com o tempo será considerado cada vez mais liberal, ao verem que, graças a sua parcimônia, suas receitas lhe bastam, que pode defender-se dos que lhe movem guerra e realizar seus empreendimentos sem onerar o povo. (MAQUIAVEL, 2001, pp. 75-76).

É melhor levar fama de miserável pelos súditos do que ser odiado e desprezado por eles. O príncipe deve ser amado por seus súditos, mas também deve ser temido. Como é difícil ser amado e ao mesmo tempo temido, o príncipe deve escolher ser temido, além do mais, é a melhor das escolhas porque, segundo Maquiavel, os homens são geralmente maus. Ser temido não significa ser odiado, o ódio parte do príncipe se apropriar do patrimônio dos seus súditos, pois, segundo o autor: “Mas, sobretudo, deverá respeitar o patrimônio alheio, porque os homens esquecem mais rapidamente a morte do pai do que a perda do patrimônio” (MAQUIAVEL, 2001, p.81).

Um príncipe prudente deve manter a palavra dada quando lhe convém as razões por ela estabelecidas, caso contrário, não deve mais mantê-la. Se os homens fossem bons, esse preceito não caberia, mas devido serem maus, convém mantê-lo. O príncipe deve parecer ser bom, clemente, fiel etc., ter todas as qualidades possíveis, mas apenas parecer, pois se as tiver sucumbirá. Saber ser mal quando for necessário ser, é ser prudente. Nesta passagem Maquiavel marca bem a diferença entre o público e o privado:

Os homens, em geral, julgam as coisas mais pelos olhos que com as mãos, porque todos podem ver, mas poucos podem sentir. Todos veem aquilo que parece, mas poucos sentem o que é; e estes poucos não ousam opor-se à opinião da maioria, que tem para defendê-la, a majestade do estado. (MAQUIAVEL, 2001, p.85).

A passagem acima é muito significativa porque mostra a divisão feita pelo próprio Maquiavel entre público e privado. A relação entre o príncipe e o povo é uma relação de aparência. Enquanto a relação entre o príncipe e os seus é onde ele se mostra. Mesmo na tentativa de uma possível conspiração da corja privada com o povo para

ganhar o poder, o povo, que só observa as aparências, estará sempre com o príncipe. Desta forma, “[...] um príncipe deve ter em pouca conta as conspirações enquanto o povo lhe for favorável, mas quando este se tornar seu inimigo ou lhe tiver ódio, deverá temer todas as coisas do mundo” (MAQUIAVEL, 2001, p.90).

Mesmo no público a prudência é fundamental para o príncipe. A prudência, sendo assim, é o norte no qual o príncipe deve seguir em seus comportamentos, seja no público ou no privado, apesar de, em ambos, o príncipe atuar diferentemente.

## 6. CONCLUSÃO

Pensar o comportamento do príncipe no público e no privado implica, portanto, pensar sua relação com a prudência, que mediará todas suas ações. Ler *O Príncipe* de Maquiavel é necessário não apenas para compreender tais questões, que por sua vez são importantes, mas sim para entendermos a própria mente de um governante ou de príncipe, como ele deve agir em tais e tais situações. Está errado quem pensa que, para Maquiavel, o príncipe pode fazer tudo que for preciso para chegar ao poder, isto é, os fins justificarem os meios. Os fins devem ser alcançados com prudência, ou seja, com experiência, retendo tudo o que os grandes homens fizeram antes dele. Se assim não fosse conquistar o poder poderia ser fácil, mas não seria para mantê-lo. Conquistando com prudência, com prudência manterá. A prudência é o fundamento do comportamento do príncipe no público e no privado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1987.

CHEVALLIER, Jean Jacques. **As Grandes Obras Políticas de Maquiavel a Nossos Dias**. Tradução Lidia Cristina. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1999.

EYLER, Flávia Maria Schlee. **História Antiga: Grécia e Roma**. São Paulo: Editora Vozes, 1994.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Carta a Francesco Vettori**. Tradução Geórgia Vicente. São Paulo: Editora Pé da Letra. 2017.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.